

BC faz acordo para ajudar os estados

19 JUN 1994

GAZETA MERCANTIL

por Claudia Safatle
de Brasília

O Banco Central (BC) vai trocar títulos das dívidas dos estados por Letras do Banco Central (LBC), numa medida preparatória à emissão do real.

O custo da rolagem do estoque de dívidas estaduais, com ambiente de inflação baixa, poderia tornar-se insustentável para os bancos estaduais, que já pagam, hoje, "spread" da ordem de 3% reais ao mês. O acordo para a troca de papéis — o estoque de dívida mobiliária em mãos dos estados totaliza CR\$ 21,1 trilhões — está em fase final.

O diretor de Política Monetária do BC, Alkimar Ribeiro Moura, conversou, na última quarta-feira, com os secretários de Fazenda de São Paulo e da Bahia e representantes dos governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

O diretor do BC disse que uma pré-condição para selar o acordo é que os secretários de Fazenda se com-

prometam a usar os recursos que economizarem com essa troca, para resgate de dívida mobiliária, conforme disse ao repórter Gustavo Freire, desse jornal. "Essa é uma pré-condição para o Brasil", assinalou, não confirmando se os entendimentos com os estados já estão concluídos.

O secretário de Fazenda da Bahia, Rodolfo Tourinho Neto, informou ao repórter Pedro Rúbio, deste jornal, em Salvador, que a troca de títulos deverá ocorrer ainda neste mês. Segundo ele, a reunião "foi extremamente positiva, sentimos que o BC está consciente do problema".

A troca de papéis "evitará que ocorra uma enorme transferência de recursos do setor público para os bancos privados. A rede bancária privada deixará de ganhar dinheiro em cima dos bancos estaduais", segundo Tourinho Neto.

Operação semelhante foi feita pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, quando, por ocasião do Plano Collor, foi permitida a troca de parte dos títulos estaduais por papéis do Banco Central. No ano passado, contudo, o Conselho Monetário Nacional (CMN) derrubou essa permissão, sob o argumento de que as taxas de juro pagas pelos títulos estaduais e federais não estariam mais apresentando grandes diferenças.

A troca de títulos, cujas condições ainda estão na mesa de discussão entre o BC e os governos estaduais, beneficiará sobretudo os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul — exatamente os estados que mais insistiram, junto ao BC, para que fosse feito um acordo de troca de títulos.

Do lado da receita, o governo federal pretende intervir no sistema de indexação dos tributos estaduais. Segundo apurou a repórter Lu Aiko Otta, a Secretaria da Receita Federal está elaborando uma norma para que todos os indexadores de tributos estaduais sigam o que for definido para a Unidade Fiscal de Referência (Ufir). Como a Ufir, segundo decisão do Ministério da Fazenda, não corrigirá os impostos, os estados também teriam de seguir o mesmo procedimento.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional elaborou parecer segundo o qual a União pode interferir nesse assunto, uma vez que cabe a ela legislar sobre padrão monetário. Há dúvidas, no entanto, sobre que punições aplicar se estados e municípios descumprirem determinação da Receita Federal.

Apesar de seu objetivo — uniformizar a indexação de tributos —, a norma que está sendo estudada pela Receita Federal pode não ser tão eficaz quanto os técnicos do governo acreditam.

Isso porque os estados e municípios alegam que têm autonomia para fixar normas distintas, com base na Constituição.

(Ver página 3)